

ISSN: 2319-0124

ORIGENS DA ADMINISTRAÇÃO: uma análise sobre sua racionalidade e respectivas implicações sobre o homem

Lucas Miguel Dias RIBEIRO¹; Lúcia Helena da SILVA²

RESUMO

O contexto organizacional privado atual é composto por ganhos crescentes em produtividade visando a máxima performance na relação *input-output*, tendo em vista a maximização do mais-valor e fazendo-se valer de tecnologias cada vez mais avançadas. Contudo, o que não enxergamos ao olharmos para as implicações da administração na realidade objetiva? Sabendo disto, o presente trabalho se constitui como uma revisão bibliográfica que se propõe a estimular o senso crítico de discentes, docentes e profissionais da área administrativa, sobre as atividades por eles performadas. Para tanto, foi evidenciada a gênese da administração, enquanto disciplina teórico-prática, de modo a tornar visíveis seu contexto de criação e suas implicações sobre o homem moderno. Concluiu-se que a administração nasceu da razão subjetiva e isto moldou suas características relacionadas ao domínio de seu entorno para manutenção de interesses privados. Portanto, se faz necessário repensar a administração e seu arcabouço teórico sob uma luz mais humanista que permita a reintegração do homem com a coletividade.

Palavras-chave:

Estudos Críticos em Gestão; Epistemologia; Razão Instrumental; Razão Subjetiva; Modernidade.

1. INTRODUÇÃO

O contexto organizacional atual é composto por ganhos crescentes em produtividade visando a máxima performance na relação *input-output*, tendo em vista a maximização do *mais-valor* e fazendo-se valer de tecnologias cada vez mais avançadas. Contudo, o que não enxergamos ao olharmos para as implicações da administração na realidade objetiva? Seria o gerencialismo uma simples técnica que visa o aumento da produtividade empresarial ou uma forma de perpetuar as desigualdades contidas em nossa sociedade?

Sabendo disto, o presente trabalho se constitui como uma revisão bibliográfica que visa analisar a gênese da administração, enquanto disciplina teórico-prática, de modo a tornar visíveis seu contexto de criação e suas implicações sobre o homem moderno. Para alcançar este objetivo foi contextualizada a origem da administração, tendo como enfoque a modernidade e a racionalidade instrumental, ou razão subjetiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CIÊNCIAS SOCIAIS

Presente em um contexto complexo de interações entre indivíduos, o ser humano é um agente que opera mudanças em seu entorno e também é moldado por este. Para compreender, portanto, a sociedade atual é crucial o contato com as ciências sociais. Como elucida Giddens (2001), a sociologia

¹Graduando em Administração, IFSULDEMINAS – *Campus* Machado. E-mail: lucasmiguel116@gmail.com.

²Docente de Administração, IFSULDEMINAS – *Campus* Machado. E-mail: luciahelena.silva@ifsuldeminas.edu.br.

pode ser compreendida como o estudo da vida social humana, dos grupos e da sociedade. Assim, percebe-se como os estudos a respeito da vida social tomam forma, sendo seu objeto de estudo, segundo Giddens (2001), o comportamento humano enquanto um ser social. Há também o campo prático das ciências sociais que direcionam seus esforços de pesquisa para áreas específicas do conhecimento, como é o caso da administração.

2.2 O CONHECIMENTO TEÓRICO-PRÁTICO CHAMADO ADMINISTRAÇÃO

O campo teórico administrativo atualmente é composto por abordagens polarizadas, não havendo consenso entre os múltiplos autores que compõem seu cerne. Sendo assim, pode-se evidenciar que o campo de estudos da administração é dotado de uma visão fragmentada, incompleta e reducionista sobre o conhecimento, pois: possui múltiplos objetos de estudo; se valoriza o conhecimento prático em detrimento do teórico; seu conhecimento disciplinar é vinculado quase que de maneira exclusiva à atividade profissional, havendo, no bojo da disciplina, conflitos sobre suas origens, sua evolução, sua epistemologia, seu objeto e método de estudo e critérios para validação do saber (MARÍN-IDÁRRAGA, 2012; VILORIA et al., 2015). Sabendo disso, o campo de estudos críticos sobre a gestão foi fundado.

2.3 ESTUDOS CRÍTICOS EM GESTÃO (ECG)

Os ECG é um campo de estudos que, segundo Alcadipani e Davel (2003), consolidou o desenvolvimento de análises críticas ao positivismo e funcionalismo adotados pelas organizações, tendo seu início na década de 1990 a partir da publicação da obra *Critical Management Studies* em 1992 por Hugh Willmott e Mats Alvesson. Possuindo como base principalmente³ a Teoria Crítica desenvolvida pela Escola de Frankfurt no século XX, os ECG buscam expor as questões ocultas, as estruturas de controle e dominação e as desigualdades impostas dentro de organizações, as quais retardam o desenvolvimento de uma responsabilidade social e autonomia das pessoas (ALCADIPANI; DAVEL, 2003).

3. MATERIAL E MÉTODOS

Do ponto de vista da sua natureza trata-se de uma pesquisa básica, uma vez que objetiva produzir conhecimentos úteis e novos dedicados ao progresso científico, porém sem aplicação prática prevista (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 51). Quanto aos objetivos trata-se de um estudo exploratório, pois busca proporcionar uma relação de familiaridade com o problema a ser solucionado pelo pesquisador, de forma a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses (GIL, 2002, p. 41). Já em relação aos procedimentos adotados para coleta de dados, utilizou-se o levantamento bibliográfico, sendo consultados: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações e teses (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 54).

³ Alvesson e Willmott em sua obra denominada *Critical Management Studies* (1992) se baseiam na *Critical Theory*, porém é importante afirmar que esta é somente uma das várias vertentes teóricas dedicadas à contraposição da administração *mainstream*.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A gênese da administração enquanto conhecimento teórico-prático se dá sobre um período histórico denominado modernidade, no qual houve ruptura com os aspectos humanísticos, econômicos-sócio-políticos, científico-tecnológico e culturais da sociedade, especialmente na Europa, no século XIV. Conforme evidencia Giddens (2002), a modernidade pode ser compreendida como instituições e comportamentos empreendidos na Europa pós-feudal e que se alastraram por todo o mundo, se revelando em duas dimensões institucionais fundamentais: no uso generalizado da força material e no capitalismo.

Todo o desenvolvimento científico e secularização do conhecimento produzidos pelos intelectuais da época foram conduzidos tendo como fundamento a razão moderna — ou seja, a razão objetiva sob a qual as ciências naturais se basearam —. Assim, o conhecimento científico se preocupava mais sobre os fins do que sobre os meios, possuindo como objetivo geral conciliar a ordem objetiva do racional com a existência humana [...] (HORKHEIMER, 1973; HORKHEIMER, 2007).

Tendo como base tal ética racional, o homem se viu capaz de compreender a natureza, mas também dominá-la. Assim, temos a transição, ou agonia, da razão, na qual foi transloucado o aspecto objetivo da razão a um aspecto subjetivo. Tal transição pode ser evidenciada no Iluminismo, século XVIII, no qual a razão torna-se soberana (MORIN, 2005). Dessa forma, a nascente razão subjetiva — na qual a administração foi baseada — se voltou aos meios pelos quais o conhecimento é gerado, mas não a sua finalidade. Assim, adequa procedimentos (meios) a propósitos (fins), os quais são tidos como certos sem que haja uma real indagação sobre a validade racional da finalidade (HORKHEIMER, 2007). Portanto, seu objetivo fundamental não é compreender a finalidade em si, mas sim validar o meio mais adequado para realização de uma determinada finalidade.

Com o surgimento da Revolução Industrial, a sociedade, naquele momento, apresentava condições inéditas relativas à organização do trabalho. Como afirmam Motta e Vasconcelos (2006), com o advento da máquina, o trabalho tornou-se mais eficiente, contudo, carecia de estudos sobre sua organização, execução e controle. A partir de então, tem-se o nascimento da, assim nomeada, Administração Científica.

Embebida de razão subjetiva e instrumental, a administração surge sublinhada pelo positivismo e apresentando um caráter presente até os dias atuais: seu estreio vínculo à busca por lucro. Dessa forma, a administração não busca essencialmente o conhecimento de fenômenos naturais, mas sim o domínio de tudo o que a rodeia. Este fato tornou-se explícito principalmente nos primeiros teóricos que compuseram seu núcleo de pesquisa referentes à racionalização do trabalho, às características da administração e à hierarquia: Frederick Winslow Taylor e Jules Henri Fayol.

Consequentemente, os administradores experimentam a falta de sentido ao realizar uma busca que não fomente à maximização na relação entre meios e fins, uma vez que o caráter teleológico do homem foi direcionado à acumulação de riqueza, o que torna seu ensino mera preparação de pessoas

para alocarem seus esforços no aprimoramento da performance competitiva das corporações, marginalizando o pensamento crítico sobre questões de bem público e sustentabilidade (ADLER, P.; FORBES, L.; WILLMOTT, H, 2007; MARÍN-IDÁRRAGA, 2007; MARÍN-IDÁRRAGA 2012;).

5. CONCLUSÕES

É notável como a administração e suas teorias subordinam o homem à organização e o reduz a mero recurso. Dessa forma, torna-se crucial que se repense o papel do homem dentro do campo teórico administrativo, tendo como horizonte um conhecimento mais humanista que se enfoque em interesses coletivos do homem, que por sua vez foram solapados pelo individualismo e a alienação do trabalho. Dessa forma, a transformação do caráter epistemológico da administração, enquanto campo de estudo, pode ser explorada por futuros pesquisadores das ciências sociais, tendo como perspectiva a libertação da disciplina de seu estreito vínculo a finalidades pouco racionais, tendo como método meios questionáveis racionalmente.

REFERÊNCIAS

ADLER, P.; FORBES, L.; WILLMOTT, H. 3 Critical management studies. **Academy of management annals**, v. 1, n. 1, p. 119-179, 2007. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/078559808>. Acesso em: 29 jun. 2021.

FREITAS, C. C.; PRODANOV, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2a ed. Rio Grande do Sul: Editora Feevale, 2013.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. **Modernidade e identidade**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras. 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora ATLAS, 2002.

HORKHEIMER, M. **Crítica de la razón instrumental**. Trad. V. A. Murena; D. J. Vogelmann. Buenos Aires: Sur, 1973.

_____. **Eclipse da razão**. 7a ed. São Paulo: Centauro Editora, 2007.

MARÍN IDÁRRAGA, D. A. Management and Rationality (Administración y Racionalidad) (Spanish). 2007. **Sotavento**, N° 14, p. 8-41, 2007. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1508521>. Acesso em: 30 out. 2022.

_____. Consideraciones epistemológicas en torno al carácter científico de la administración. **Innovar**, v. 22, n. 46, p. 39–52, 2012.

MORIN, E. Para além do iluminismo. **FAMECOS**, N° 26, p. 24–28, 2005.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria Geral da Administração**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2001.

VILORIA, V. et al. Sapienza Organizacional Universidad de los Andes. **Sapienza Organizacional**, v. 2, p. 119–143, 2015.